

Diário Oficial

do Estado de São Paulo - (E. U. do Brasil)

NUMERO DO DIA ... 400 REIS

NUMERO ATRASADO DO ANO CORRENTE ... 500 REIS

Diário do Executivo INTERVENTORIA FEDERAL

(*) DECRETO-LEI N. 12.446, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1941

Suplementa a alínea n. 3, consignação n. 1, verba n. 57 e reduz dotação orçamentária.
O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições, de conformidade com o art. 6.º, n. IV, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939, e nos termos da Resolução n. 2.366, de 1941, do Departamento Administrativo do Estado,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto, na Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Segurança Pública, um crédito de 15:000\$000 (quinze contos de reis), suplementar a alínea n. 3 — "Para compra de drogas e medicamentos" — consignação n. 1, da verba n. 51 — 8-24-3, do orçamento.

Artigo 2.º — Fica anulada, parcialmente, em 15:000\$000 (quinze contos de reis), a alínea n. 1 — "Para pagamento de substituições em geral ao pessoal do quadro da Repartição Central de Polícia e suas dependências", subconsignação n. 1, consignação n. 1, verba n. 32 — 8-26-0, do orçamento.

Artigo 3.º — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes da anulação de que trata o artigo anterior.

Artigo 4.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 29 de dezembro de 1941.

FERNANDO COSTA
Accacio Nogueira
Coriolano de Góes.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, aos 29 de dezembro de 1941.

José Augusto Fernandes — Diretor Geral Substituto.

(*) Publicado novamente por ter saído com incorreções.

(*) DECRETO-LEI N. 12.447, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1941

Abre crédito suplementar de rs. 400\$000.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições, de conformidade com o art. 6.º, n. IV, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939 e nos termos da Resolução n. 2.172, de 1941, do Departamento Administrativo do Estado,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto, na Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Segurança Pública, um crédito de 400\$000 (quatrocentos mil reais), suplementar a verba n. 44, consignação n. 1, subconsignação n. 2, do orçamento.

Parágrafo único — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes de operações de crédito que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a realizar.

Artigo 2.º — É criada, na verba n. 44, consignação n. 1, subconsignação n. 2, a seguinte alínea: "23-A — Quarta parte a mais do ordenado a um 2.º escrivão... 400\$000".

Artigo 3.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 29 de dezembro de 1941.

FERNANDO COSTA
Accacio Nogueira
Coriolano de Góes.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, aos 29 de dezembro de 1941.

O Diretor Geral, substituto,
José Augusto Fernandes.

(*) Publicado novamente por ter saído com incorreções.

(*) DECRETO-LEI N. 12.448, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1941

Abre crédito suplementar e reduz dotação orçamentária.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições, de conformidade com o art. 6.º, n. IV, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939, e nos termos da Resolução n. 2.129, de 1941, do Departamento Administrativo do Estado,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto, na Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Segurança Pública, um crédito de 11:700\$000 (onze contos e setecentos mil reais), suplementar a alínea 1 "Para aquisição de máquinas de escrever, calcular, móveis e arquivos", da consignação n. 1, da verba n. 17, do orçamento.

Artigo 2.º — Fica anulada, parcialmente, em 11:700\$000 (onze contos e setecentos mil reais), a alínea 75 "Para pagamento ao pessoal contratado" da consignação n. 9 da verba n. 16, do orçamento.

Artigo 3.º — O valor do presente crédito será coberto

com os recursos provenientes da anulação de que trata o artigo anterior.

Artigo 4.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 29 de dezembro de 1941.

FERNANDO COSTA
Accacio Nogueira
Coriolano de Góes.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, aos 29 de dezembro de 1941.

O Diretor Geral, substituto,
José Augusto Fernandes.

(*) Publicado novamente por ter saído com incorreções.

(*) DECRETO-LEI N. 12.449, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1941

Abre crédito suplementar e reduz dotação orçamentária.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições, de conformidade com o art. 6.º, n. IV, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939, e nos termos da Resolução n. 2.037, de 1941, do Departamento Administrativo do Estado,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto, na Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Segurança Pública, um crédito de 3:600\$000 (três contos e seiscentos mil reais) suplementar a verba n. 26, consignação n. 1, subconsignação n. 3, alínea n. 10, "Quarta parte a mais do ordenado a 3 (três) investigadores de 2.ª classe" do orçamento.

Artigo 2.º — Fica anulada, parcialmente, em 3:600\$000 (três contos e seiscentos mil reais), a alínea n. 13, consignação n. 2, da verba n. 26, "Para pagamento de vencimentos ao pessoal contratado, do orçamento.

Artigo 3.º — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes da anulação de que trata o artigo anterior.

Artigo 4.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 29 de dezembro de 1941.

FERNANDO COSTA
Accacio Nogueira
Coriolano de Góes.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, aos 29 de dezembro de 1941.

O Diretor Geral, substituto,
José Augusto Fernandes.

(*) Publicado novamente por ter saído com incorreções.

(*) DECRETO-LEI N. 12.450, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1941

Abre crédito suplementar e anula dotação orçamentária.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições, de conformidade com o artigo 6.º, n. IV, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939, e nos termos da Resolução n. 2.381, de 1941, do Departamento Administrativo do Estado,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto, na Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Segurança Pública, um crédito de 1:752\$000 (um conto, setecentos e cinquenta e dois mil reais), suplementar a verba n. 51, consignação n. 6, alínea 1 "Para custeio da rede de iluminação e da usina" do pessoal contratado" do orçamento.

Artigo 2.º — Fica anulada parcialmente em 1:752\$000 (um conto, setecentos e cinquenta e dois mil reais), a verba n. 16, consignação n. 9, alínea 75 "Para pagamento ao pessoal contratado" do orçamento.

Artigo 3.º — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes da anulação de que trata o artigo anterior.

Artigo 4.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 29 de dezembro de 1941.

FERNANDO COSTA
Accacio Nogueira
Coriolano de Góes.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, aos 29 de dezembro de 1941.

O Diretor Geral Substituto
José Augusto Fernandes.

(*) Publicado novamente por ter saído com incorreções.

(*) DECRETO-LEI N. 12.451, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1941

Abre crédito suplementar e reduz dotações orçamentárias.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições, de conformidade com o art. 6.º, n. IV, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939, e nos termos da Resolução n. 2.245, de 1941, do Departamento Administrativo do Estado,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto, na Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Segurança Pública, um crédito de 60:000\$000 (oitenta contos de reis), suplementar a alínea 9 — "Para diligências policiais" — consignação n. 2 — Verba n. 35 — do orçamento.

Artigo 2.º — Ficam anuladas, parcialmente, nas importâncias abaixo, as seguintes verbas do orçamento:

Verba n. 34 — Consignação n. 1 — subconsignação n. 1 65:000\$000

Verba n. 35 — Consignação n. 2 — alínea 8 15:000\$000

— "Para telegramas" 15:000\$000

Artigo 3.º — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes das anulações de que trata o artigo anterior.

Artigo 4.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 29 de dezembro de 1941.

FERNANDO COSTA
Accacio Nogueira
Coriolano de Góes.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, aos 29 de dezembro de 1941.

O Diretor Geral, substituto,
José Augusto Fernandes.

(*) Publicado novamente por ter saído com incorreções.

(*) DECRETO-LEI N. 12.452, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1941

Abre crédito suplementar de Rs. 526:000\$000.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições, de conformidade com o art. 6.º, n. IV, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939, e nos termos da Resolução n. 2.206, de 1941, do Departamento Administrativo do Estado,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto, na Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Segurança Pública, um crédito de 526:000\$000 (quinhentos e vinte e seis contos de reis), suplementar às seguintes verbas do orçamento:

Verba n. 20 — Consignação n. 2, subconsignação n. 1, alínea 34, "Para transportes diversos" 110:000\$000

Verba n. 25 — Consignação n. 2, subconsignação n. 1, alínea 7, "Para transportes diversos" 410:000\$000

Verba n. 42 — Consignação n. 2, subconsignação n. 1, alínea 9, "Para transportes diversos" 6:000\$000

Parágrafo único — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes de operações de crédito que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a realizar.

Artigo 2.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 29 de dezembro de 1941.

FERNANDO COSTA
Accacio Nogueira
Coriolano de Góes.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, aos 29 de dezembro de 1941.

O Diretor Geral, substituto,
José Augusto Fernandes.

(*) Publicado novamente por ter saído com incorreções.

DECRETO N. 12.491, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1941

Cria o distrito policial de Santo Angelo, ao município e comarca de Mogi das Cruzes.

O DOUTOR FERNANDO DE SOUZA COSTA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica criado no município de Mogi das Cruzes, comarca do mesmo nome, região da Capital, o distrito policial de Santo Angelo, cujas divisas são as seguintes:

Com o Distrito de Paz de Suzano:
Começam no rio Taiaçupeba, na barra do ribeirão do Açúcar, decem por aquele até a boca do rio Tietê.